



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 193/2021
Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de informações sobre estudos em poder do Butantan e/ou Secretaria da Saúde sobre a eficácia da Coronavac contra as variantes do novo coronavírus. Adequado atendimento da demanda. Sigilo legal. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 193/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, conforme consta do Protocolo número SIC em epígrafe, para acesso às informações sobre estudos em poder do Butantan e/ou Secretaria da Saúde sobre a eficácia da Coronavac contra as variantes do novo coronavírus.
2. Em resposta e em recurso, o ente negou o acesso com base na Lei federal nº 9.279, de 14 de maio de 1996 e Decreto nº 62.817, de 04 de setembro de 2017. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. No caso em análise, verifica-se que o ente atendeu adequadamente a demanda, justificando a impossibilidade de atender ao pedido de acesso às informações solicitadas, pois, estão elas abarcados pelo sigilo legal, em consonância com o disposto no artigo 29 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
4. Note-se que a legislação vigente protege os direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico no País, conforme previsto na referida Lei federal nº 9.279/1996 (art.1º).
5. A referida Lei federal nº 12.527/2011 dispõe sobre os procedimentos que destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública, obedecendo às diretrizes da lei, como a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, entre outros (art. 3º, I). Ainda, reforça a mesma Lei federal, que é dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidade, assegurando a sua proteção, restringindo o acesso, a divulgação e o

| | |
|---------------------|---------------|
| Classif. documental | 006.03.02.001 |
|---------------------|---------------|

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



- tratamento de informações classificada como sigilosa a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei (art.25, §1º).
6. O regulamento elenca, entre as categorias de documentos e informações sigilosos, aqueles submetidos temporariamente à restrição de acesso público em razão da sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, conforme disposto no artigo 27, I, do citado Decreto nº 58.052/2012.
 7. Diante do exposto, e, considerando que o órgão justificou adequadamente a negativa de acesso à informação solicitada pelo interessado, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º, c/c artigo 22 da referida Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do aludido Decreto nº 58.052/2012.
 8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 23 de abril de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado